

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO 1 – Elementos do Direito Administrativo

- 1.1. O direito administrativo
  - 1.1.1. Histórico e fontes
  - 1.1.2. Conceito
  - 1.1.3. A função administrativa
- 1.2. Regime jurídico-administrativo
- 1.3. Princípios básicos do Direito Administrativo
  - 1.3.1. Princípios constitucionais explícitos contidos no *caput* do art. 37
    - 1.3.1.1. Princípio da legalidade
    - 1.3.1.2. Princípio da impessoalidade
    - 1.3.1.3. Princípio da moralidade
    - 1.3.1.4. Princípio da publicidade
    - 1.3.1.5. Princípio da eficiência
  - 1.3.2. Princípios constitucionais explícitos não contidos no *caput* do art. 37
    - 1.3.2.1. Princípio do devido processo legal e da ampla defesa
    - 1.3.2.2. Princípio do controle judicial dos atos administrativos
    - 1.3.2.3. Princípio da responsabilidade civil do Estado
    - 1.3.2.4. Princípio da isonomia ou da igualdade formal
    - 1.3.2.5. Princípio da licitação
  - 1.3.3. Princípios constitucionais implícitos
    - 1.3.3.1. Princípio da finalidade
    - 1.3.3.2. Princípio da especialidade
    - 1.3.3.3. Princípio do controle administrativo ou tutela
    - 1.3.3.4. Princípio da motivação
    - 1.3.3.5. Princípio da autotutela
    - 1.3.3.6. Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade
    - 1.3.3.7. Princípio da continuidade
    - 1.3.3.8. Princípio da boa Administração Pública (direito fundamental à boa administração)

## CAPÍTULO 2 – Administração Pública e Direito Administrativo

- 2.1. As estruturas administrativas
  - 2.1.1. Conceitos e elementos de Estado
    - 2.1.1.1. Conceito de Estado
    - 2.1.1.2. Elementos do Estado
- 2.2. Organização do Estado e da Administração
  - 2.2.1. Organização do Estado
  - 2.2.2. Organização da Administração
    - 2.2.2.1. Princípios norteadores da organização administrativa
      - a) Princípio da Hierarquia
      - b) Princípio da Desconcentração
      - c) Princípio da Descentralização
      - d) Princípio da Delegação
      - e) Princípio da Desburocratização
      - f) Princípio da Aproximação dos Serviços às Populações
      - g) Princípio da Participação dos Interessados na Gestão da Administração Pública
      - h) Princípio do Planejamento
      - i) Princípio da Coordenação
      - j) Princípio da Cooperação
      - k) Princípio do Controle
      - l) Princípio da Competência
  - 2.2.3. Administração Direta

- 2.2.3.1. Administração Direta federal
  - a) Presidência da República
  - b) Os Ministérios
  - c) Funções
- 2.2.3.2. Administração Direta estadual
  - a) O Governo
  - b) Secretário de Estado
- 2.2.3.3. Administração Direta municipal
- 2.2.3.4. Administração Direta distrital
- 2.2.4. Administração Indireta
  - 2.2.4.1. Autarquias
    - a) Conceito e Natureza Jurídica
    - b) Principais Autarquias Públicas Federais Brasileiras
    - Rol das Principais Autarquias Brasileiras:
    - c) Autarquias e os Conselhos Profissionais: a Questão da OAB
    - d) Classificação das Autarquias
    - e) Características
    - f) O Controle das Autarquias
  - 2.2.4.2. Fundações Governamentais ou Estatais
    - a) Fundações Estatais
    - b) Fundações de Direito Público
    - c) Fundações de Direito Privado Instituídas pelo Poder Público
  - 2.2.4.3. Estatais (Empresas públicas, sociedades de economia mista e subsidiárias)
  - 2.2.4.4. As agências reguladoras
    - a) Âmbito de criação das Agências Reguladoras no Brasil
    - b) A regulação
    - c) A regulação por meio das Agências Reguladoras: origem das Agências Reguladoras
    - d) As agências nos demais Ordenamentos Jurídicos
    - e) As Agências Reguladoras como Autarquias Especiais
    - f) Agência Reguladora e Agência Executiva
    - g) Criação, extinção das Agências Reguladoras e sua relação com a Administração Direta
    - h) As Agências Reguladoras existentes no Brasil e suas respectivas legislações
      - h.1) Aneel
      - h.2) Anatel
      - h.3) ANP
      - h.4) Anvisa
      - h.5) ANS
      - h.6) ANA
      - h.7) ANTT e Antaq
      - h.8) Ancine
      - h.9) Anac
    - i) O Projeto de Lei que disciplinará a atuação das agências
- 2.2.5. A atividade administrativa: poder e função na Administração Pública
  - 2.2.5.1. Os poderes e deveres do Administrador Público
    - Poderes Administrativos
      - a) Poder Vinculado
      - b) Poder Discricionário
      - c) Poder Regulamentar
      - d) Poder Hierárquico
      - e) Poder Disciplinar
      - f) Poder de Polícia
    - Meios de Atuação
    - Atributos (discricionariedade, autoexecutoriedade, coercibilidade)

Deveres Administrativos  
Uso e Abuso do Poder  
Omissão da Administração – silêncio administrativo

## 2.3. Órgãos públicos

2.3.1. Conceito de órgãos públicos

2.3.2. Teoria do órgão

2.3.3. Classificação dos órgãos públicos

- a) Quanto à Esfera de Atuação
- b) Quanto à Posição Estatal ou em Razão da Posição do Órgão na Estrutura da Administração
- c) Quanto à Estrutura
- d) Quanto à Composição
- e) Quanto às Funções ou à Atuação Funcional

2.3.4. A hierarquia

## 2.4. Agentes públicos

2.4.1. Conceito de agentes públicos

2.4.2. Espécies de agentes públicos

- a) Agentes Políticos
- b) Servidores Públicos
  - b.1) Características
  - b.2) Classificação – Servidores Públicos Civis e Militares
    - b.2.1) Servidores Públicos Estatutários, Trabalhistas e Temporários
- c) Militares
- d) Os Particulares em Colaboração com o Poder Público

2.4.3. Regime Jurídico Único

2.4.4. Organização funcional

2.4.5. Classificação dos cargos

2.4.6. Criação, transformação e extinção de cargos – art. 48, X, da CF/1988

2.4.7. Iniciativa

2.4.8. Provimento e concurso público

2.4.9. Na Investidura: nomeação, posse e exercício

2.4.10. Direito adquirido dos servidores

2.4.11. Acumulação de cargos e funções

2.4.12. Exceção à não acumulação de cargos e funções: os Vereadores – art. 38, III

2.4.13. Estabilidade

2.4.14. Licenças

2.4.15. Remuneração, vencimento e subsídio: direitos

2.4.16. Teto remuneratório constitucional

## CAPÍTULO 3 – Atos Administrativos

3.1. Conceito e requisitos do ato administrativo

3.1.1. Fatos jurídicos, atos jurídicos, fato administrativo e ato administrativo

3.1.2. Conceito

3.1.3. Requisitos

- a) Subjetivas
- b) Objetivas
- c) Formais

3.1.3.1. Requisitos de existência do ato administrativo (elementos)

- a) Conteúdo/Objeto
- b) Forma

3.1.3.2. Requisitos de legitimidade do ato administrativo (pressupostos)

- a) Competência
- b) Motivo (ou Motivo de Fato)
- c) Finalidade
- d) Vontade

- e) Requisitos Procedimentais
- 3.2. Perfeição, validade e eficácia do ato administrativo
- 3.3. Atributos do ato administrativo
  - 3.3.1. Presunção de legitimidade
  - 3.3.2. Imperatividade e coercibilidade
  - 3.3.3. Tipicidade
  - 3.3.4. Autoexecutoriedade
- 3.4. Classificação essencial dos atos administrativos
  - a) Quanto à estrutura
  - b) Quanto à sua formação
  - c) Quanto à sua composição interna (formação do ato)
  - d) Quanto aos efeitos sobre destinatário
  - e) Quanto à sua repercussão sobre terceiros (quanto ao alcance)
  - f) Quanto às prerrogativas da administração para a sua prática (quanto ao objeto)
  - g) Quanto à liberdade da administração para sua prática
  - h) Quanto aos destinatários
  - i) Quanto à natureza da atividade
  - j) Quanto aos efeitos jurídicos
  - k) Quanto à natureza das situações jurídicas que criam
  - l) Quanto à eficácia
  - m) Quanto à regulação
- 3.5. Espécies de atos administrativos
  - 3.5.1. Atos normativos
    - 3.5.1.1. Decretos
    - 3.5.1.2. Regimentos
    - 3.5.1.3. Resoluções
    - 3.5.1.4. Deliberações
    - 3.5.1.5. Instruções normativas
    - 3.5.1.6. Parecer normativo
  - 3.5.2. Atos ordinatórios
    - 3.5.2.1. Instruções
    - 3.5.2.2. Circulares
    - 3.5.2.3. Avisos
    - 3.5.2.4. Portarias
    - 3.5.2.5. Ordens de serviço
    - 3.5.2.6. Ofícios
    - 3.5.2.7. Despachos
  - 3.5.3. Atos negociais
    - 3.5.3.1. Licença
    - 3.5.3.2. Autorização
    - 3.5.3.3. Permissão
    - 3.5.3.4. Concessão
    - 3.5.3.5. Aprovação
    - 3.5.3.6. Admissão
    - 3.5.3.7. Visto
    - 3.5.3.8. Homologação/ratificação
    - 3.5.3.9. Dispensa
    - 3.5.3.10. Renúncia
    - 3.5.3.11. Protocolo administrativo
    - 3.5.3.12. Convalidação
  - 3.5.4. Atos enunciativos
    - 3.5.4.1. Certidões
    - 3.5.4.2. Atestados ou certificados

- 3.5.4.3. Parecer técnico
- 3.5.4.4. Apostila
- 3.5.4.5. Adjunção
- 3.5.4.6. Alvará
- 3.5.4.7. Votos em Órgãos Colegiados
- 3.5.4.8. Informações
- 3.5.5. Atos punitivos
  - 3.5.5.1. Multa administrativa
  - 3.5.5.2. Suspensão ou interdição do exercício de atividade
  - 3.5.5.3. Confisco e destruição de bens
- 3.6. Mérito do ato administrativo, a discricionariedade e o controle judicial dos atos administrativos discricionários
  - 3.6.1. O mérito do ato administrativo e os conceitos geradores de discricionariedade administrativa
  - 3.6.2. O controle judicial da discricionariedade
  - 3.6.3. A localização da discricionariedade na estrutura lógica da norma jurídica e no ato administrativo
  - 3.6.4. A discricionariedade na estrutura lógica da norma jurídica
  - 3.6.5. A discricionariedade nos aspectos que integram o ato administrativo
  - 3.6.6. A discricionariedade e os conceitos jurídicos indeterminados
    - 3.6.6.1. As teorias da multivalência e da univocidade
    - 3.6.6.2. Os conceitos jurídicos indeterminados e a possibilidade de atribuição de poder discricionário
  - 3.6.7. Discricionariedade *versus* arbitrariedade: necessidade do controle judicial
- 3.7. Extinção e reaproveitamento dos atos administrativos
  - 3.7.1. Extinção decorrente de motivos externos ao ato administrativo
    - 3.7.1.1. Cumprimento de seus efeitos
    - 3.7.1.2. Desaparecimento do sujeito ou do objeto do ato
    - 3.7.1.3. Retirada
    - 3.7.1.4. Revogação
    - 3.7.1.5. Cassação
    - 3.7.1.6. Caducidade
    - 3.7.1.7. Contraposição ou derrubada
    - 3.7.1.8. Renúncia
    - 3.7.1.9. Recusa
  - 3.7.2. Extinção decorrente de motivos internos do ato administrativo: anulação, nulidade e inexistência
    - 3.7.2.1. Anulação
    - 3.7.2.2. Nulidade
    - 3.7.2.3. Inexistência
  - 3.7.3. Atos reaproveitáveis
    - 3.7.3.1. Ato irregular
    - 3.7.3.2. Ato conversível
    - 3.7.3.3. Ato convalidável
- 3.8. Posições doutrinárias relativas à invalidade do ato administrativo

## CAPÍTULO 4 – **Serviço Público e suas Formas de Prestação**

- 4.1. Noções gerais e significado
- 4.2. Conceito de serviço público
  - 4.2.1. O “novo” serviço público
- 4.3. Princípios aplicáveis aos serviços públicos
  - 4.3.1. O princípio da generalidade ou universalidade
  - 4.3.2. O princípio da igualdade ou da uniformidade
  - 4.3.3. O princípio da continuidade

- 4.3.4. O princípio da regularidade
- 4.3.5. O princípio da eficiência
- 4.3.6. O princípio da modicidade
- 4.3.7. O princípio da cortesia
- 4.4. Características dos serviços públicos
- 4.5. Espécies de serviços públicos
  - 4.5.1. Serviços próprios e impróprios
  - 4.5.2. Serviços *Uti universi* e *Uti singuli*
  - 4.5.3. Serviços de relevância pública
  - 4.5.4. Serviços públicos federais, estaduais e municipais
  - 4.5.5. Serviços públicos quanto à natureza da necessidade a ser satisfeita
    - 4.5.5.1. Serviços públicos sociais
    - 4.5.5.2. Serviços públicos econômicos
    - 4.5.5.3. Serviços públicos culturais
- 4.6. A descentralização na prestação dos serviços públicos
- 4.7. Delegação de serviço público
  - 4.7.1. Privatização em sentido estrito
  - 4.7.2. Concessões
    - 4.7.2.1. Histórico
    - 4.7.2.2. Conceito
    - 4.7.2.3. Natureza jurídica
    - 4.7.2.4. Espécies de concessão
      - a) Concessão de serviço público
      - b) Concessão de obra pública
      - c) Concessão de uso de bem público
      - d) Concessão patrocinada e administrativa
      - e) Franquia como modalidade de concessão e subconcessão
    - 4.7.2.5. Regulação
  - 4.7.3. Permissão
  - 4.7.4. Autorização
  - 4.7.5. Parcerias Público-Privadas
    - 4.7.5.1. Conceito
    - 4.7.5.2. Objeto do contrato
    - 4.7.5.3. Natureza jurídica das Parcerias Público-Privadas
    - 4.7.5.4. O novo regime jurídico instituído para contratos de concessão: as Parcerias Público-Privadas
    - 4.7.5.5. Alteração nos direitos e deveres dos agentes envolvidos na relação contratual
      - a) Prazo de Duração do Contrato (art. 5º, I)
      - b) Penalidades Aplicadas aos Parceiros por Inadimplemento Contratual (art. 5º, II)
      - c) Repartição de Riscos Entre as Partes – Equilíbrio Econômico-Financeiro (art. 5º, III)
      - d) Formas de Remuneração e de Atualização dos Valores Contratuais (art. 5º, IV)
      - e) Mecanismos para a Preservação da Atualidade da Prestação dos Serviços (art. 5º, V)
      - f) Inserção no contrato dos fatos que caracterizem a inadimplência pecuniária do parceiro público, os modos e o prazo de regularização e, quando houver, a forma de acionamento da garantia (art. 5º, VI).
      - g) Critérios Objetivos de Avaliação do Desempenho do Parceiro Privado (art. 5º, VII)
      - h) Comprovação pelo Parceiro Privado da Condição de Viabilidade de Execução da Obrigação Assumida (art. 5º, VIII)
      - i) Compartilhamento com a Administração Pública dos Ganhos Econômicos Decorrentes da Redução do Risco de Crédito dos Financiamentos Utilizados pelo Parceiro Privado (art. 5º, IX)

- j) Realização de vistoria dos bens reversíveis, podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas (art. 5º, X)
- k) Cronograma e os Marcos para o Repasse ao Parceiro Privado das Parcelas do Aporte de Recursos (art. 5º, XI)
- l) Alteração das Regras Relativas aos Procedimentos Administrativos Pré-Contratuais

#### 4.7.6. Arrendamento

##### 4.7.6.1. Noções gerais

##### 4.7.6.2. Espécies de arrendamento e seus regimes jurídicos

#### 4.7.7. Contrato de gestão

##### 4.7.7.1. Noções gerais

##### 4.7.7.2. Conceito

##### 4.7.7.3. Previsão constitucional

##### 4.7.7.4. Espécies

##### 4.7.7.5. Finalidades e sujeitos

a) Contratos de gestão *interna corporis*

b) Contratos de gestão *externa corporis*

##### 4.7.7.6. Forma

##### 4.7.7.7. Eficiência, estabilidade do servidor público e contrato de gestão *interna corporis*

#### 4.7.8. Terceirização (contratação de serviços e atividades)

#### 4.7.9. Credenciamento

#### 4.7.10. Gestão associada de serviços públicos – convênios, consórcios, contratos de programa e parcerias voluntárias

##### 4.7.10.1. Convênios

a) Conceito

b) Diferença entre Contrato e Convênio

c) Regime Jurídico Aplicável

##### 4.7.10.2. Consórcio Público

a) Origem

b) Regime Jurídico

##### 4.7.10.3. Contratos de Programa

a) Origem

b) Conceito e Natureza Jurídica

c) Espécies

##### 4.7.10.4. Parcerias voluntárias

###### 4.7.10.4.1. Origem

###### 4.7.10.4.2. O terceiro setor

###### 4.7.10.4.3. Os Estímulos Positivos como *modus operandi* da Ação Fomentadora do Estado

4.7.10.4.3.1. Tratamento Jurídico-Econômico dos Estímulos Positivos

4.7.10.4.3.2. Espécies de Estímulos Positivos

a) Fomento:

b) Subvenção

c) Remanejamento fiscal

d) Preempção aos produtos nacionais

e) Empréstimos a juros favoráveis

f) Apoio técnico

4.7.10.4.3.3. Meios de Estímulos Positivos

###### 4.7.10.4.4. O Regime Jurídico das Parcerias Voluntárias – Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014

4.7.10.4.4.1. Conceito de Parcerias Voluntárias

4.7.10.4.4.2. Dimensão subjetiva e objetiva de incidência da Lei n. 13.019/2014

4.7.10.4.4.3. Fundamentos e princípios

- 4.7.10.4.4. Termo de colaboração e de fomento
- 4.7.10.4.5. Governança corporativa e o dever de compliance
- 4.7.11. Franquia pública
  - 4.7.11.1. Noções gerais sobre franquias
  - 4.7.11.2. Conceito e natureza jurídica de franquias públicas
  - 4.7.11.3. Serviços públicos passíveis de serem franqueados
  - 4.7.11.4. Vantagens da utilização da franquias para a Administração Pública
  - 4.7.11.5. Espécies de franquias públicas
  - 4.7.11.6. Regime jurídico aplicável

## CAPÍTULO 5 – **Licitações**

- 5.1. Introdução
- 5.2. Contornos jurídicos da licitação
  - 5.2.1. Fundamentos constitucionais da licitação
- 5.3. Conceitos
- 5.4. A Lei n. 8.666/1993 (Lei de Licitações) – normas gerais sobre licitação
- 5.5. Princípios gerais da licitação
  - 5.5.1. Legalidade
  - 5.5.2. Impessoalidade
  - 5.5.3. Moralidade
  - 5.5.4. Publicidade
  - 5.5.5. Eficiência
  - 5.5.6. Isonomia ou da igualdade formal
  - 5.5.7. Vinculação ao instrumento convocatório
  - 5.5.8. Proibição administrativa
  - 5.5.9. Julgamento objetivo
  - 5.5.10. Sigilo das propostas
  - 5.5.11. Procedimento formal
  - 5.5.12. Adjudicação compulsória
  - 5.5.13. Competição ou da competitividade
  - 5.5.14. Ampla fiscalização da licitação
- 5.6. Dispensa e inexigibilidade da licitação
  - 5.6.1. Casos de inexigibilidade de licitação
  - 5.6.2. Casos de dispensa de Licitação
    - a) Contratos de Pequeno Valor
    - b) Guerra ou Grave Perturbação da Ordem
    - c) Emergência ou Calamidade Pública
    - d) Deserção da Licitação
    - e) Dispensa por Motivo de Intervenção no Domínio Econômico
    - f) Dispensa para Compra de Produtos Perecíveis
  - 5.6.3. Justificativa da contratação direta
- 5.7. Modalidades de licitação
  - 5.7.1. Concorrência – art. 22, § 1º
  - 5.7.2. Tomada de preços – art. 22, § 2º
  - 5.7.3. Convite – art. 22, § 3º
  - 5.7.4. Concurso – art. 22, § 4º
  - 5.7.5. Leilão – art. 22, § 5º
  - 5.7.6. Pregão – Lei n. 10.520/2002
    - 5.7.6.1. Aspectos gerais
    - 5.7.6.2. O Pregão como modalidade de licitação
    - 5.7.6.3. A Prática do Pregão Presencial
      - a) Fase Preparatória
      - b) Instauração
      - c) Edital

- d) As Propostas
- e) O Pregoeiro
- f) A Equipe de Apoio
- g) A Convocação
- h) O Aviso
- i) A Sessão Pública
- 5.7.6.4. A Prática do Pregão Eletrônico
- 5.7.7. Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)
  - 5.7.7.1. Considerações preliminares
  - 5.7.7.2. Regras aplicáveis às licitações no âmbito do RDC
  - 5.7.7.3. Procedimento Licitatório
    - a) Fases da Licitação do RDC
    - b) Modos de Disputa
    - c) Publicidade
    - d) Critérios de Julgamento
    - e) Sigilo no RDC
    - f) Fracionamento ou Parcelamento do Objeto
    - g) Outras Peculiaridades
- 5.8. Tipos de licitação
  - 5.8.1. Menor preço
  - 5.8.2. Melhor técnica
  - 5.8.3. Técnica e preço
  - 5.8.4. Maior lance ou oferta
- 5.9. Procedimento licitatório e suas fases: roteiro prático para licitar
  - 5.9.1. Introdução
  - 5.9.2. Fases da licitação
    - 5.9.2.1. Doutrina clássica: três fases
    - 5.9.2.2. Doutrina contemporânea: duas fases
      - a) Fase Interna
      - b) Fase Externa
        - 1º) Instrumento convocatório
        - 2º) Apresentação das propostas
        - 3º) Habilitação
        - 4º) Classificação ou julgamento
          - Menor preço ou maior lance ou oferta
          - Melhor técnica – art. 46, § 1º
          - Técnica e preço – art. 46, § 2º
        - 5º) Adjudicação e homologação

## **CAPÍTULO 6 – Contratos Administrativos**

- 6.1. Noções gerais
  - 6.1.1. Antecedentes históricos
  - 6.1.2. Tipos de contratos que a Administração pode celebrar
  - 6.1.3. Classificação dos contratos administrativos
    - a) Contratos Administrativos Nominativos
    - b) Contratos Administrativos Especiais
    - c) Contratos Mistos
- 6.2. Estrutura legal
- 6.3. Características do Contrato Administrativo
- 6.4. Prazo dos contratos administrativos (art. 57)
- 6.5. Prorrogação, revisão e repactuação
- 6.6. Cláusulas essenciais (necessárias) do contrato
- 6.7. Formalização dos contratos (arts. 60 a 64)

- 6.8. Alteração dos contratos (art. 65)
- 6.9. Extinção dos contratos
- 6.10. O equilíbrio econômico-financeiro: teoria da imprevisão, caso fortuito, força maior, fato do príncipe, fato da administração e álea econômica extraordinária

## **CAPÍTULO 7 – Intervenção do Estado na Propriedade**

- 7.1. Noções gerais sobre o Direito de Propriedade
- 7.2. Limitações ao Direito de Propriedade
- 7.3. Desapropriação
  - 7.3.1. Conceito, características e natureza jurídica
  - 7.3.2. Fases do procedimento
  - 7.3.3. Requisitos constitucionais
  - 7.3.4. Competência
  - 7.3.5. Objeto da desapropriação
  - 7.3.6. Indenização
  - 7.3.7. Desvio de finalidade e medidas cabíveis: a retrocessão
- 7.4. Servidões administrativas
  - 7.4.1. Servidão no Direito Público e no Direito Privado
  - 7.4.2. Constituição da servidão
  - 7.4.3. Modalidades de servidão administrativa decorrentes de lei
- 7.5. Tombamento
  - 7.5.1. Introdução
  - 7.5.2. Natureza jurídica
  - 7.5.3. Competência
  - 7.5.4. Livros e formas de apresentação do instituto
  - 7.5.5. Efeitos e consequências do tombamento
- 7.6. Outra forma de limitação ao uso pleno da propriedade imposta pelo estado: limitação ao direito de construir
  - 7.6.1. Limitações civis
  - 7.6.2. Limitações administrativas
  - 7.6.3. Problemas limítrofes
  - 7.6.4. Construção
    - 7.6.4.1. Controle
    - 7.6.4.2. Licenciamento
    - 7.6.4.3. Contratos
    - 7.6.4.4. Responsabilidade decorrente

## **CAPÍTULO 8 – Bens Públicos**

- 8.1. A história
- 8.2. Domínio público
- 8.3. Classificação dos bens públicos
- 8.4. Regime jurídico dos bens públicos
- 8.5. Afetação
- 8.6. Terras públicas
  - 8.6.1. Concessão de sesmaria
  - 8.6.2. Concessão de data
- 8.7. Terras rurais e terrenos urbanos
- 8.8. Águas públicas
- 8.9. Jazidas .....
- 8.10. Florestas
- 8.11. Fauna .....
- 8.12. Espaço aéreo
- 8.13. A aquisição e alienação de bens públicos
- 8.14. Denominação de bens públicos – regime jurídico

## CAPÍTULO 9 – **Processo Administrativo**

- 9.1. Conceito: processo ou procedimento?
- 9.2. Principais características do Processo Administrativo
  - 9.2.1. O processo administrativo compreende três fases: instauração, instrutória ou preparatória e decisória
  - 9.2.2. O processo administrativo é regido por vários princípios
    - 9.2.2.1. Princípio da igualdade
    - 9.2.2.2. Princípio da legalidade
    - 9.2.2.3. Princípio da finalidade
    - 9.2.2.4. Princípio da motivação
    - 9.2.2.5. Princípio da razoabilidade
    - 9.2.2.6. Princípio da proporcionalidade
    - 9.2.2.7. Princípio da moralidade
    - 9.2.2.8. Princípio do devido processo legal
    - 9.2.2.9. Princípio da segurança jurídica
    - 9.2.2.10. Princípio da impessoalidade
    - 9.2.2.11. Princípio da publicidade
    - 9.2.2.12. Princípio da revisibilidade
  - 9.2.3. Facilitação do acesso à ampla processualidade dos particulares perante a Administração Pública
  - 9.2.4. O direito à revisão e a recurso independentemente de caucionamento
  - 9.2.5. A supremacia do interesse público, aplicando-se principalmente quando o interessado desistir do processo, para o caso da Administração entender pelo seu prosseguimento
  - 9.2.6. A possibilidade de decisão convalidatória de atos que ela entenda não tenha causado prejuízos ao interesse público
- 9.3. Espécies de processos administrativos

## CAPÍTULO 10 – **A Responsabilidade Civil do Estado**

- 10.1. Responsabilidade: noção jurídica
- 10.2. A responsabilidade civil
  - 10.2.1. Noções
  - 10.2.2. Surgimento da divisão clássica entre contratual e extracontratual
  - 10.2.3. A recepção da *summa divisio* no Direito Brasileiro
- 10.3. Responsabilidade civil do Estado
  - 10.3.1. Responsabilidade contratual e extracontratual do Estado
  - 10.3.2. Evolução histórica da responsabilidade do Estado
    - 10.3.2.1. A irresponsabilidade do Estado
    - 10.3.2.2. A responsabilidade decorrente de atos de império e de gestão: teoria civilista
    - 10.3.2.3. A responsabilidade subjetiva do Estado
    - 10.3.2.4. A responsabilidade objetiva
- 10.4. O direito brasileiro e a regulamentação da responsabilidade estatal
- 10.5. A culpa da vítima e a força maior em face da responsabilidade estatal
- 10.6. Responsabilidade do Estado por atos legislativos
- 10.7. A responsabilidade civil do Estado no âmbito do Poder Judiciário
- 10.8. Reparação do dano
- 10.9. Ação de regresso
- 10.10. A responsabilidade civil do Estado na doutrina brasileira
  - 10.10.1. Âmbito de aplicação da responsabilidade civil do Estado
  - 10.10.2. A responsabilidade objetiva do Estado pelo risco administrativo
  - 10.10.3. Alguns conceitos doutrinários
  - 10.10.4. Os pressupostos entendidos como essenciais da responsabilidade
  - 10.10.5. Do dano e do nexos de causalidade

- 10.10.6. As causas excludentes ou limitativas de responsabilidade
- 10.10.7. Direito de regresso
- 10.10.8. Responsabilidade do Estado decorrente de ato legislativo, da atuação dos Tribunais de Contas e Ministério Público, e em razão de exercício da função jurisdicional
- 10.10.9. Da prescrição para propositura da ação contra o Estado
- 10.10.10. A responsabilidade civil do Estado e os precatórios
- 10.11. Jurisprudência do STF sobre responsabilidade civil do Estado
  - 10.11.1. Responsabilidade contratual da Administração Pública
  - 10.11.2. Responsabilidade por atos praticados pelo Ministério Público e Poder Judiciário
  - 10.11.3. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público
  - 10.11.4. Responsabilidade civil do Estado por omissão
  - 10.11.5. Responsabilidade civil do Estado por danos morais
  - 10.11.6. Responsabilidade civil do Estado: necessidade do nexo de causalidade
  - 10.11.7. Responsabilidade civil do Estado: adoção da teoria do risco administrativo
  - 10.11.8. Responsabilidade civil do Estado: requisitos
  - 10.11.9. Responsabilidade civil do Estado decorrente de atos lícitos
  - 10.11.10. Responsabilidade civil do Estado: necessidade de o serviço prestado ser público
  - 10.11.11. Responsabilidade civil do Estado por intervenção no domínio econômico e atos legislativos

## **CAPÍTULO 11 – Controle da Administração Pública**

- 11.1. Noção de controle
- 11.2. Momento e tipos de controle
  - 11.2.1. Momentos do controle
  - 11.2.2. Tipos de controle
- 11.3. Formas de controle: controle interno e controle externo
  - 11.3.1. Controle interno
  - 11.3.2. Controle externo
- 11.4. Controle interno
  - 11.4.1. Controle interno exercido pela Administração
    - 11.4.1.1. Autocontrole
    - 11.4.1.2. Controle hierárquico
    - 11.4.1.3. Controle de gestão
    - 11.4.1.4. Controle de eficiência
    - 11.4.1.5. Controle financeiro
  - 11.4.2. Controle interno por provocação do administrado
  - 11.4.3. Meios de controle interno
    - 11.4.3.1. Homologação
    - 11.4.3.2. Aprovação
    - 11.4.3.3. Revogação
    - 11.4.3.4. Invalidação
    - 11.4.3.5. Inspeção, auditoria e correição
    - 11.4.3.6. Supervisão
    - 11.4.3.7. Pareceres vinculantes
    - 11.4.3.8. Ouvidor
    - 11.4.3.9. Recursos administrativos
    - 11.4.3.10. Recursos hierárquicos
- 11.5. Controle externo
  - 11.5.1. Controle parlamentar
  - 11.5.2. Controle do Tribunal de Contas
    - 11.5.2.1. O Tribunal de Contas: aspectos gerais
    - 11.5.2.2. A Lei Complementar n. 101, de 2000
      - a) A Política Fiscal no Brasil

- b) A Apresentação da Lei
- c) Principais Pontos Tratados na Lei
- 11.5.2.3. A Lei Complementar n. 101/2000 e o controle exercido pelo Tribunal de Contas
- 11.5.2.4. As punições administrativas e pessoais previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal
- 11.5.2.5. Controle social via Tribunal de Contas
- 11.5.3. Controle jurisdicional
  - 11.5.3.1. Controle jurisdicional versus controle de discricionariedade
- 11.5.4. Controle externo por provocação do administrado
- 11.5.5. Meios de controle externo
  - 11.5.5.1. *Habeas corpus*
  - 11.5.5.2. *Habeas data*
  - 11.5.5.3. Mandado de segurança individual e coletivo
  - 11.5.5.4. Mandado de Injunção
  - 11.5.5.5. Ação popular
  - 11.5.5.6. Ação civil pública
  - 11.5.5.7. Ação direta de inconstitucionalidade
  - 11.5.5.8. Ação anulatória de ato administrativo
  - 11.5.5.9. Ação declaratória
  - 11.5.5.10. Ação cautelar em matéria administrativa
  - 11.5.5.11. Audiências públicas
- 11.6. Controle da Administração Pública por meio da efetividade da aplicação da Lei de Improbidade Administrativa

## **Referências**

## **Esquemas gráficos**